

Câmara Municipal de João Dourado

Contrato



ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 668 1110
Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com -

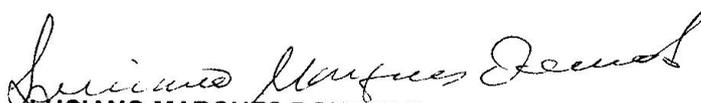
ATO DE PUBLICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2019

Aos cinco dias do mês abri do ano de dois mil e dezenove, por determinação da Excelentíssima Senhora **RITA DE CÁSSIA AMORIM DO AMARAL**, Presidente da Câmara Municipal de João Dourado – BA, em cumprimento ao Art. 26 da Lei 8.666/93, após ratificação, autoriza a publicação, no mural da Câmara e no Diário Oficial de Publicações, do processo de Inexigibilidade nº 003/2019, tendo como objetos: Prestação de serviços técnico especializado de Assessoria Jurídica junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA), em defesa dos interesses da Câmara Municipal de João Dourado.

Contratada: **NATALI SOUTO DOURADO** – CPF número 903.926.982-34 – Valor: R\$ 23.850,00 - Dotação Orçamentária: 01.01.00 – 2001 – 3390.36.00 – Base Legal artigo 25 inciso II c/c artigo 13 inciso III da Lei Federal 8.666/93.

E para constar, foi lavrado este Termo de Publicação que será assinado por mim, **Luciano Marques Dourado**, Presidente da Comissão de Processos Licitatórios – CLP.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO, Estado da Bahia, em 05 de abril de 2019.


LUCIANO MARQUES DOURADO
PRESIDENTE DA CLP

Câmara Municipal de João Dourado



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 668 1110
Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com -

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO - BAHIA
CNPJ: 16.445.850/0001-33

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo Nº. PA 003IN/2019, Objeto: Prestação de serviços técnico especializado de Assessoria Jurídica junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA), em defesa dos interesses da Câmara Municipal de João Dourado. Contratada: NATALI SOUTO DOURADO, Valor Global: R\$ 23.850,00 (Vinte e três mil oitocentos e cinquenta), Período de Vigência: 9 (nove) meses, Data de assinatura: 05/04/2019, Fundamento Legal: ART. 25, INCISO II, DA LEI nº 8.666/93.